

Concessionária Litoral Norte S.A. - CLN

Relatório sobre a revisão de informações trimestrais acompanhado das informações contábeis intermediárias

Em 31 de março de 2021



Índice

Relatório sobre a revisão de informações trimestrais	3
Informações contábeis intermediárias	5
Notas explicativas da Administração às informações contábeis intermediárias para o período findo em 31 de março de 2021	12



Relatório sobre a revisão de informações trimestrais

Grant Thornton Auditores Independentes

Rua Voluntários da Pátria, 89 | 5º andar | Botafogo
Rio de Janeiro | RJ | Brasil

T +55 21 3512.4100

Aos
Acionistas, Conselheiros e Administradores da
Concessionária Litoral Norte S.A. - CLN
Camaçari - BA

Introdução

Revisamos as informações contábeis intermediárias da **Concessionária Litoral Norte S.A. – CLN (“Companhia”)** referentes ao trimestre findo em 31 de março de 2021, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de março de 2021 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de três meses findo naquela data, incluindo as notas explicativas.

A administração é responsável pela elaboração das informações contábeis intermediárias de acordo com a NBC TG 21 - Demonstração Intermediária e com a norma internacional IAS 34 - *Interim Financial Reporting*, emitida pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais (ITR). Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações contábeis intermediárias com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações contábeis intermediárias (NBC TR 2410 - Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 - *Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity*, respectivamente). A revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, conseqüentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.



Conclusão sobre as informações trimestrais

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações contábeis intermediárias incluídas nas informações trimestrais acima referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com a NBC TG 21 e a IAS 34 aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais (ITR), e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários.

Outros assuntos

Demonstração do valor adicionado

As informações trimestrais acima referidas incluem a demonstração do valor adicionado (DVA), referente ao período de três meses findo em 31 de março de 2021, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Companhia e apresentada como informação suplementar para fins de IAS 34. Essa demonstração foi submetida a procedimentos de revisão executados em conjunto com a revisão das informações trimestrais com o objetivo de concluir se ela está conciliada com as informações contábeis intermediárias e registros contábeis, conforme aplicável, e se sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos na NBC TG 09 – Demonstração do Valor Adicionado. Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que essa demonstração do valor adicionado não foi elaborada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nessa Norma e de forma consistente em relação às informações contábeis intermediárias tomadas em conjunto.

Rio de Janeiro, 12 de maio de 2021.

Ana Cristina Linhares Areosa
CT CRC RJ-081.409/O-3

Grant Thornton Auditores Independentes
CRC 2SP-025.583/O-1

CONCESSIONÁRIA LITORAL NORTE S.A. - CLN

BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE MARÇO DE 2021 E 31 DE DEZEMBRO DE 2020
(Em milhares de reais)

	<u>Nota</u>	<u>31/03/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
<u>ATIVO</u>			
CIRCULANTE			
Caixa e equivalentes de caixa	3	22.133	21.944
Contas a receber	4	3.336	3.670
Estoques		500	328
Tributos a recuperar	5.a	643	715
Adiantamentos		483	607
Total do ativo circulante		<u>27.095</u>	<u>27.264</u>
NÃO CIRCULANTE			
Impostos diferidos ativos	5.b	510	273
Depósitos judiciais	11	1.220	1.186
Imobilizado	7	14.526	4.897
Intangível	8	113.317	121.592
Total do ativo não circulante		<u>129.573</u>	<u>127.948</u>
TOTAL DO ATIVO		<u><u>156.668</u></u>	<u><u>155.212</u></u>

As notas explicativas da administração são parte integrante das informações contábeis intermediárias

CONCESSIONÁRIA LITORAL NORTE S.A. - CLN

BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE MARÇO DE 2021 E 31 DE DEZEMBRO DE 2020

(Em milhares de reais)

	<u>Nota</u>	<u>31/03/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
<u>PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO</u>			
CIRCULANTE			
Fornecedores		5.821	5.687
Empréstimos e financiamentos	9	6.045	6.080
Tributos a recolher	5.c	745	1.340
Obrigações com empregados e administradores	10	2.301	1.916
Partes relacionadas	6	5.326	4.534
Juros sobre capital próprio e dividendos	6	7.890	7.890
Outros passivos circulantes		2.112	1.811
Total do passivo circulante		<u>30.239</u>	<u>29.258</u>
NÃO CIRCULANTE			
Empréstimos e financiamentos	9	13.226	14.584
Provisão para riscos processuais	11	5.102	4.796
Outros passivos não circulantes	12	208	222
Total do passivo não circulante		<u>18.536</u>	<u>19.602</u>
PATRIMÔNIO LÍQUIDO			
Capital social	13.a	48.189	48.189
Reserva de lucros	13.d/e	40.523	40.523
Dividendos adicionais propostos	13.c	16.181	16.181
Lucros acumulados		1.542	-
Total do patrimônio líquido		<u>106.435</u>	<u>104.893</u>
Adiantamento para futuro aumento de capital - AFAC	13.b	1.459	1.459
Total do patrimônio líquido e AFAC		<u>107.894</u>	<u>106.352</u>
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		<u><u>156.668</u></u>	<u><u>155.212</u></u>

As notas explicativas da administração são parte integrante das informações contábeis intermediárias.

CONCESSIONÁRIA LITORAL NORTE S.A. - CLN

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO PARA OS
PERÍODOS DE TRÊS MESES FINDOS EM 31 DE MARÇO DE 2021 E 2020
(Em milhares de reais, exceto o lucro por lote de mil ações)

	Nota	31/03/2021	31/03/2020
Receita operacional líquida	14	17.390	15.830
Receita de construção	14	10.311	-
Custo dos serviços prestados	14	(12.598)	(10.701)
Custo de construção	14	(10.311)	-
LUCRO BRUTO		<u>4.792</u>	<u>5.129</u>
Despesas gerais e administrativas	14	(2.487)	(4.005)
Outras receitas operacionais	14	<u>1</u>	<u>45</u>
RESULTADO OPERACIONAL		<u>2.306</u>	<u>1.169</u>
Receitas financeiras	15	149	273
Despesas financeiras	15	<u>(573)</u>	<u>(260)</u>
RESULTADO FINANCEIRO		<u>(424)</u>	<u>13</u>
LUCRO ANTES DO IMPOSTO DE RENDA E DA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL		1.882	1.182
Imposto de renda e contribuição social corrente	5.d	(577)	231
Imposto de renda e contribuição social diferido	5.d	237	113
LUCRO LÍQUIDO DO PERÍODO		<u>1.542</u>	<u>1.526</u>
Lucro básico por lote de mil ações (em reais - R\$)	16	<u>0,410</u>	<u>0,406</u>
Lucro diluído por lote de mil ações (em reais - R\$)	16	<u>0,410</u>	<u>0,406</u>

As notas explicativas da administração são parte integrante das informações contábeis intermediárias.

CONCESSIONÁRIA LITORAL NORTE S.A. - CLN

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO PARA OS PERÍODOS DE TRÊS MESES FINDOS EM 31 DE MARÇO DE 2021 E 2020
(Em milhares de reais)

	Capital social subscrito	Reservas de lucros				Dividendos adicionais propostos	Lucros acumulados	Subtotal	Adiantamentos para futuro aumento de capital	Total
		Legal	Especial	Incentivos fiscais						
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019	48.189	3.408	23.470	11.224		10.173	-	96.464	1.459	97.923
Lucro líquido do período	-	-	-	-		-	1.526	1.526	-	1.526
SALDOS EM 31 DE MARÇO DE 2020	48.189	3.408	23.470	11.224		10.173	1.526	97.990	1.459	99.449
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020	48.189	3.930	23.470	13.123		16.181	-	104.893	1.459	106.352
Lucro líquido do período	-	-	-	-		-	1.542	1.542	-	1.542
SALDOS EM 31 DE MARÇO DE 2021	48.189	3.930	23.470	13.123		16.181	1.542	106.435	1.459	107.894

As notas explicativas da administração são parte integrante das informações contábeis intermediárias.

CONCESSIONÁRIA LITORAL NORTE S.A. - CLN

DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO PARA OS PERÍODOS DE TRÊS MESES
FINDOS EM 31 DE MARÇO DE 2021 E 2020
(Em milhares de reais)

	Nota	31/03/2021	31/03/2020
Receitas	14	29.585	16.983
Prestação de serviços		18.984	17.280
Perdas esperadas/efetivas sobre créditos		289	(410)
Receita de construção		10.311	-
Outras receitas		1	113
Insumos adquiridos de terceiros		(20.603)	(9.729)
Custos das mercadorias e serviços		(1.824)	(929)
Custo de construção	17	(10.311)	-
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros		(8.468)	(8.729)
Outros custos		-	(71)
Valor adicionado bruto		8.982	7.254
Retenções		(1.287)	(1.086)
Depreciação e amortização	7 e 8	(1.287)	(1.086)
Valor adicionado líquido produzido pela entidade		7.695	6.168
Valor adicionado recebido em transferência		149	273
Receitas financeiras	15	149	273
Total do valor adicionado a distribuir		7.844	6.441
Distribuição do valor adicionado		7.844	6.441
Pessoal e encargos		3.016	2.683
Remuneração direta		2.170	1.868
Benefícios		696	666
FGTS		144	124
Outros		6	25
Impostos, taxas e contribuições		2.609	1.855
Federais		1.496	734
Estaduais		115	284
Municipais		998	837
Remuneração capital de terceiros		677	377
Juros		192	97
Aluguéis		104	112
Outras		381	168
Remuneração de capital próprio		1.542	1.526
Lucro do período		1.542	1.526

As notas explicativas da administração são parte integrante das informações contábeis intermediárias.

CONCESSIONÁRIA LITORAL NORTE S.A. - CLN

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS ABRANGENTES PARA OS
PERÍODOS DE TRÊS MESES FINDOS EM 31 DE MARÇO DE 2021 E 2020
(Em milhares de reais)

	<u>31/03/2021</u>	<u>31/03/2020</u>
LUCRO LÍQUIDO DO PERÍODO	<u>1.542</u>	<u>1.526</u>
RESULTADO ABRANGENTE TOTAL DO PERÍODO	<u><u>1.542</u></u>	<u><u>1.526</u></u>

As notas explicativas da administração são parte integrante das informações contábeis intermediárias.

CONCESSIONÁRIA LITORAL NORTE S.A. - CLN

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA PARA OS PERÍODOS DE TRÊS MESES
FINDOS EM 31 DE MARÇO DE 2021 E 2020
(Em milhares de reais)

	Nota	31/03/2021	31/03/2020
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS			
Lucro antes dos impostos e contribuição		1.882	1.182
Ajustes:			
Depreciação e amortização	7 e 8	1.287	1.086
Baixa de imobilizado e intangível	7 e 8	-	64
Provisão para riscos processuais, líquidos		306	831
Variações monetárias e encargos, líquidos		241	238
(Aumento) redução nos ativos operacionais:			
Contas a receber de clientes	4	334	577
Estoques		(172)	(203)
Tributos a recuperar	5.a	72	(352)
Impostos diferidos	5.b	(237)	124
Depósitos judiciais		(34)	-
Adiantamentos		124	149
(Redução) aumento nos passivos operacionais:			
Fornecedores		(203)	(366)
Obrigações com empregados e administradores		385	328
Tributos a recolher		(313)	(259)
Partes relacionadas		792	(147)
Outros		286	180
Imposto de Renda e Contribuição Social pagos		(45)	(264)
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais		<u>4.127</u>	<u>3.168</u>
INVESTIMENTO			
Aplicações financeiras vinculadas		(12)	(25)
Aquisição de imobilizado	7	(18)	(89)
Aquisição de intangível	8	(2.285)	(4.388)
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento		<u>(2.315)</u>	<u>(4.502)</u>
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE			
Pagamento de principal de empréstimos e financiamentos	9	(1.351)	(1.108)
Pagamento de juros de empréstimos e financiamentos	9	(272)	(226)
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento		<u>(1.623)</u>	<u>(1.334)</u>
AUMENTO (REDUÇÃO) NO SALDO DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA		<u>189</u>	<u>(2.668)</u>
Saldo inicial de caixa e equivalentes de caixa		21.944	24.455
Saldo final de caixa e equivalentes de caixa		<u>22.133</u>	<u>21.787</u>
AUMENTO (REDUÇÃO) NO SALDO DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA		<u>189</u>	<u>(2.668)</u>

As notas explicativas da administração são parte integrante das informações contábeis.

CONCESSIONÁRIA LITORAL NORTE S.A. - CLN

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS INFORMAÇÕES CONTÁBEIS
INTERMEDIÁRIAS REFERENTES AO TRIMESTRE FINDO EM 31 DE MARÇO DE 2021 (Em milhares de reais - R\$, exceto quando mencionado de outra forma)

1. INFORMAÇÕES GERAIS

a) Informações sobre a Companhia

A Concessionária Litoral Norte S.A. (“CLN” ou “Companhia”) é uma sociedade por ações de capital fechado, constituída em 3 de fevereiro de 2000, com sede na Rodovia 099 BA - Estrada do Coco, Praça do Pedágio, Camaçari - BA.

A Companhia tem como objeto social operar e explorar, por meio da cobrança de pedágio e outras atividades pertinentes, a concessão da via denominada BA-099, sistema rodoviário Estrada do Coco - Linha Verde, de acordo com o Contrato de Concessão outorgado pelo Departamento de Infraestrutura de Transporte da Bahia - DERBA em 21 de fevereiro de 2000.

A CLN é controlada pela Investimentos e Participações em Infraestrutura S.A. – INVEPAR (“INVEPAR”), que detém 92,92% do capital da Companhia e Odebrecht Transport S.A. que detém 7,08%.

Em 27 de abril de 2005, visando restabelecer o equilíbrio econômico-financeiro do Contrato, foi assinado o 1º Termo Aditivo de Rerratificação ao Contrato de Concessão Remunerada de Uso de Bem Público nº 002/00, firmado entre a Companhia e a Agência Estadual de Regulação de Serviços Públicos de Energia, Transportes e Comunicações da Bahia - AGERBA (agência reguladora). Também ficou determinada a prorrogação do prazo do Contrato de Concessão por mais dez anos, passando a ter seu término em 20 de março de 2035.

Nesse mesmo Termo Aditivo foram determinados novos prazos para conclusão das obras, previstas no Contrato de Concessão. Em virtude da abertura de “rotas de fuga” por iniciativa da Prefeitura Municipal de Camaçari, a Companhia vinha enfrentando uma considerável queda em suas receitas operacionais, o que levou à suspensão das obras.

Em 14 de maio de 2015, foi assinado o 2º Termo Aditivo de Rerratificação ao Contrato de Concessão Remunerada de Uso de Bem Público nº 002/00, firmado entre a AGERBA e a CLN, nas seguintes premissas: autorização para exploração de receitas acessórias, criação de Taxa de Fiscalização para a AGERBA, alteração do indexador de reajuste de tarifa para IPCA e ampliação do prazo de concessão em 15 anos. Assim, o item 1, da Cláusula XI, do Contrato de Concessão passa a ter a seguinte redação: (“Cláusula XI – Do Prazo da Concessão. O prazo de concessão é de 50 anos, contado da data de transferência do controle da Rodovia Principal do SISTEMA e acessos rodoviários para a CONCESSIONÁRIA”). Sendo assim o término do Contrato de Concessão passou para 20 de março de 2050.

Em 17 de julho de 2020, a CLN foi notificada a se manifestar no processo Nº TCE/003396/2019 em trâmite perante o Tribunal de Contas do Estado da Bahia-BA (“TCE-BA”), envolvendo a AGERBA e a concessionária, sobre os achados indicados pela área técnica. O relatório apontou as seguintes irregularidades: (a) Não disponibilização do Processo Administrativo do 1º Termo Aditivo pela AGERBA; (b) Ausência de critérios específicos para a metodologia de reequilíbrio econômico-financeiro; (c) Não autorização tempestiva dos

reajustes tarifários sem a devida motivação; (d) Ausência de Comprovação da Regularidade Fiscal e Trabalhista da Concessionária para celebração dos Termos Aditivos; (e) Repactuação do Cronograma de Investimentos sem fundamentação adequada; (f) Adoção de solução inadequada para o reequilíbrio contratual por meio do 2º Termo Aditivo; (g) Utilização de metodologia tecnicamente inadequada; (h) Desconsideração das Receitas Acessórias; (i) Subavaliação do impacto do atraso do cronograma de investimentos; (j) Definição inadequada da Receita Tarifária do Fluxo de Caixa do ano 14 ao 50; e, (l) Acompanhamento da Resolução nº 0086/2018. Com base nos referidos achados, a auditoria propôs: (1) considerar sem efeitos as cláusulas dos aditivos firmados entre a concessionária e a agência que prorrogam a concessão e modificam a TIR; (2) que a AGERBA elabore resolução própria para regulamentar equilíbrios econômico-financeiros do contrato; e (3) formalizar novo termo aditivo atentando-se para os princípios constitucionais, em especial o da transparência e motivação, caso seja configurado desequilíbrio contratual.

A AGERBA e a CLN apresentaram defesa, tendo a concessionária destacado, dentre outros aspectos, as questões a seguir. Em relação ao 1º Termo Aditivo: (i) decadência do direito para anulação do 1º Termo Aditivo diante do decurso do prazo de 5 anos; (ii) coisa julgada administrativa e perda de oportunidade para sua apreciação, tendo em vista que referidas questões já foram julgadas anteriormente; (iii) disponibilização da documentação extraviada; (iv) manutenção da regularidade fiscal exigida pelo contrato durante toda sua vigência; (v) ausência de supressão de investimentos, mas seu deslocamento no tempo, em virtude da ausência de reajuste tarifário, que também impactou o fluxo de caixa e os investimentos programados; e (vi) superveniência de incidência de novo imposto. Quanto ao 2º Termo Aditivo: (i) novas omissões quanto ao reajuste tarifário; (ii) adequação da metodologia adotada pela Fundação Getúlio Vargas; (iii) inexpressividade das receitas acessórias anteriores ao 2º Termo Aditivo; (iv) erro no cálculo do fluxo de caixa; (V) observância à legalidade e adoção das melhores práticas de governança corporativa e responsabilidade social.

Aguarda-se a regular tramitação do processo.

Os aditivos ao Contrato de Concessão podem ser objeto de questionamentos de órgãos públicos fiscalizadores e do próprio Poder Concedente, a qualquer tempo, segundo diferentes argumentos. Tais questionamentos podem gerar medidas que podem trazer prejuízos aos resultados financeiros e à imagem da Companhia.

Extinta a concessão, retornam ao Poder Concedente todos os bens reversíveis, direitos e privilégios vinculados à exploração do sistema rodoviário.

A Companhia terá direito à indenização correspondente ao saldo não amortizado ou depreciado dos bens ou investimentos, cuja aquisição ou execução tenham sido devidamente autorizadas pelo Poder Concedente, além de encargos e ônus decorrentes de multas por quebra de contrato com fornecedores e indenização por remuneração do capital pelo rompimento antecipado calculada com base na margem da receita prevista para o restante da concessão.

b) Efeitos da pandemia do COVID-19

Desde março de 2020, quando a Organização Mundial de Saúde (OMS) declarou emergência de saúde global em função da pandemia do novo Coronavírus, o Brasil e o mundo passaram a enfrentar uma grande crise econômica. Dentre as decisões que o Brasil e outros países

adotaram, destacam-se aquelas relacionadas ao distanciamento social e outras que impactam diretamente nos negócios da Companhia.

No primeiro trimestre a CLN apresentou recuperação do tráfego, observada no quadro abaixo quando comparada com o mesmo período de 2020:

(VEP mil – Veículo Equivalente Pagante)

COMPANHIA	1T21	1T20	%
CLN	2.203	2.051	7%

Apesar dessa recuperação, a administração da Companhia continua tomando todas as ações necessárias para proteção, prevenção e mitigação, visando preservar a integridade dos colaboradores e minimizar os impactos nas operações como feito desde o início da pandemia.

Até o momento da divulgação dessas informações contábeis intermediárias, ainda não se tinha certeza sobre o tempo necessário para conter o avanço da doença, especialmente em relação a uma implementação bem sucedida do plano de vacinação contra a COVID-19 no país, e por isso ainda não é possível inferir quanto tempo mais será necessário seguir com as medidas para conter o contágio.

a) Como a Companhia está trabalhando durante este processo:

A Companhia mantém um Comitê de Gestão de Crises, formado pela Diretoria da Invepar, que acompanha diariamente os impactos do Coronavírus para os negócios. O Comitê define as ações necessárias para mitigar os efeitos adversos para o fluxo de caixa e para a saúde financeira. O comitê também se reúne semanalmente com o Conselho de Administração.

b) Plano de continuidade das operações e principais ações:

Desde que instalada a pandemia do novo Coronavírus, a Companhia tem revisado o seu plano de negócios, especialmente no que diz respeito à continuidade das operações. Dentre as frentes que estão sendo revisadas no âmbito do Plano de Continuidade dos Negócios da Companhia, destacamos a preservação da saúde e segurança das pessoas, adotando home office para os colaboradores onde esta modalidade for possível.

Revisando a estratégia de manutenção e continuidade dos negócios, a Companhia faz avaliação do caixa com a necessidade de liquidez nos curto e médio prazos, visando a equalização da dívida e a busca por maior eficiência e consequente redução de custos.

Adicionalmente, por meio de uma atuação setorial, coordenada entre a Companhia, outras empresas de infraestrutura e associações do setor, estão sendo promovidas conversas estruturadas com os poderes concedentes buscando restabelecer o reequilíbrio econômico-financeiro dos contratos de concessão, em função dos impactos causados pela pandemia do novo Coronavírus.

Mesmo com a melhora nos últimos trimestres no resultado da companhia, os esforços de readequação na estrutura de custos e de capital vem sendo mantido para preservação a capacidade de continuidade plena dos negócios pelo prazo remanescente das concessões. A Companhia entende que todas essas medidas adotadas são suficientes para continuar

preservando o fluxo de caixa operacional da Companhia e para fazer frente as suas obrigações pelos próximos 12 meses.

2. PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS

As informações contábeis intermediárias elaboradas e apresentadas de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21 (R1) - Demonstração Intermediária, e de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais - ITR e com a norma internacional IAS 34 – Interim Financial Reporting, emitida pelo International Accounting Standards Board - IASB.

As demais informações referentes às bases de elaboração, apresentação das informações contábeis intermediárias e resumo das principais práticas contábeis não tiveram alterações em relação àquelas divulgadas na Nota Explicativa nº 02 às Demonstrações Contábeis Anuais referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2020 (doravante denominadas de “Demonstrações Contábeis de 31 de dezembro de 2020”), publicadas na imprensa oficial em 30 de março de 2021.

Dessa forma, estas informações contábeis intermediárias devem ser lidas em conjunto com as referidas demonstrações contábeis de 31 de dezembro de 2020.

A emissão das informações contábeis intermediárias foi autorizada pela Administração da Companhia em 12 de maio de 2021.

2.1 Normas e interpretações novas e revisadas já emitidas e ainda não adotadas.

Não existem outras normas e interpretações emitidas e ainda não adotadas que possam, na opinião da Administração, ter impacto significativo no resultado ou no patrimônio líquido divulgado pela Companhia.

3. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	31/03/2021	31/12/2020
Caixa e equivalentes de caixa		
Caixa e bancos	1.044	800
Aplicações Financeiras		
Certificados de Depósito Bancário – CDB (a)	21.089	21.144
Total de caixa e equivalentes de caixa	22.133	21.944

- (a) As aplicações financeiras consideradas como equivalentes de caixa têm liquidez imediata e são mantidas com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo e não para outros fins. A Companhia considera aplicações financeiras de liquidez imediata aquelas que podem ser convertidas em um montante conhecido de caixa e sem risco de mudança de valor, sendo resgatáveis a qualquer momento. Em 31 de março de 2021 a taxa média de rentabilidade destas aplicações era de 94,56% do CDI (92,25% em 31 de dezembro de 2020).

4. CONTAS A RECEBER

	31/03/2021	31/12/2020
AVI (*)	2.465	3.226
Vale Pedágio	18	12
Outros	1.023	891
Perdas esperadas para créditos de liquidação duvidosa	(170)	(459)
	<u>3.336</u>	<u>3.670</u>

(*) Referente à utilização das etiquetas eletrônicas nas pistas automáticas.

Através da adesão aos meios de pagamentos supracitados, o usuário tem passagem expressa na praça de pedágio, sendo o valor da tarifa, automaticamente, debitado a partir de um sistema eletrônico. O prazo médio de recebimento é de 21 dias.

Em 31 de março de 2021 e 31 de dezembro de 2020, o vencimento dos saldos de contas a receber de clientes é a seguinte:

	Total	Perdas esperadas para créditos de liquidação duvidosa	Saldo a vencer e sem perda por redução de valor recuperável	< 30 dias	31 - 60 dias	61 - 90 dias	91 - 365 dias
31 de março de 2021	3.336	(170)	2.840	183	112	95	274
31 de dezembro de 2020	3.670	(459)	4.129	3.824	-	-	305

A Companhia reconheceu como perda definitiva em 31 de março de 2021 R\$384 (em 31 de março de 2020 R\$303).

5. IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES

a) Tributos a recuperar

	31/03/2021	31/12/2020
Saldo negativo do imposto de renda e contribuição social (a)	-	357
Antecipação de imposto de renda e contribuição social (a)	283	-
PIS e COFINS (b)	360	358
Total	<u>643</u>	<u>715</u>

(a) Antecipação de IRPJ e CSLL do ano corrente e IRRF sobre aplicações financeiras.

(b) Créditos decorrentes de pagamentos indevidos e/ou a maior de PIS/COFINS s/receitas acessórias

b) Imposto de renda e contribuição social diferidos ativos e passivos

	31/03/2021	31/12/2020
Participação nos lucros e resultado (PLR)	171	114
Provisão para riscos processuais	1.735	1.631
Provisões não dedutíveis	1.792	1.743
Total do ativo fiscal diferido	3.698	3.488
Margem de construção - RTT	(243)	(245)
Amortização do direito de concessão	(2.908)	(2.933)
Custo de captação	(28)	(28)
Outros diferidos passivos	(9)	(9)
Total do passivo fiscal diferido	(3.188)	(3.215)
Total	510	273

Os créditos tributários diferidos foram constituídos no pressuposto de sua realização futura, que estabelece as condições essenciais para o reconhecimento contábil e manutenção de ativo diferido, decorrentes de prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social e diferenças temporárias.

Com base no estudo técnico das projeções de resultados tributáveis, a Companhia estima recuperar o crédito tributário decorrente de diferenças temporárias e prejuízos acumulados, conforme demonstrado a seguir:

	31/03/2021
2021	633
2023	590
2024	1.054
2025	1.421
Total dos ativos fiscais diferidos	3.698
Total dos passivos fiscais diferidos	(3.188)
Total dos impostos diferidos	510

c) Tributos a recolher

	31/03/2021	31/12/2020
Imposto de renda e contribuição social	-	282
PIS e COFINS	182	277
ISS	327	449
IRRF e CSRF	101	219
INSS sobre terceiros	135	113
Total circulante	745	1.340

d) Imposto de renda e contribuição social no resultado

	31/03/2021	31/03/2020
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social	1.882	1.182
Alíquota combinada do imposto de renda e contribuição social	34%	34%
Imposto de renda e contribuição social às alíquotas vigentes	(640)	(402)
Adições permanentes	(73)	(1)
Subvenções do lucro da exploração ⁽¹⁾	350	207
Outras adições ou exclusões	23	15
Recuperação de créditos ⁽²⁾	-	525
Total dos impostos no resultado	(340)	344
Imposto de renda e contribuição social corrente	-	(294)
Recuperação de créditos	-	525
Imposto de renda e contribuição social corrente no resultado	(577)	231
Imposto de renda e contribuição social diferidos no resultado	237	113
Total dos impostos no resultado	(340)	344

⁽¹⁾ Redução de 75% do IRPJ calculada sobre o lucro da exploração de toda a capacidade instalada pelo prazo de 10 anos, a contar a partir de 01/01/2014. Tal benefício é concedido pelo Governo Federal a empresas de setores considerados prioritários na área da SUDENE - Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste.

⁽²⁾ O saldo de recuperação de créditos refere-se ao aproveitamento do benefício da Lei de Incentivo às inovações tecnológicas.

6. PARTES RELACIONADAS

As operações entre partes relacionadas da Companhia, sejam elas acionistas, empresas ligadas ou profissionais-chaves da Administração são efetuadas a condições pactuadas entre as partes, aprovadas pelos órgãos da Administração.

Quando necessário, o procedimento de tomada de decisões para a realização de operações com partes relacionadas seguirá os termos do artigo 115 da Lei das Sociedades por Ações, que determina que o acionista ou o administrador, conforme o caso, nas assembleias gerais ou nas reuniões da Administração, abstenha-se de votar nas deliberações relativas: (i) ao laudo de avaliação de bens com que concorrer para a formação do capital social; (ii) à aprovação de suas contas como administrador; e (iii) a quaisquer matérias que possam beneficiá-lo de modo particular ou que seu interesse conflite com o da Companhia.

Composição:

Parte relacionada	Transação	Relação	31 de março de 2021		
			Passivo Circulante	Patrimônio Líquido	Resultado
INVEPAR	Compartilhamento de despesas (*)	Controladora	5.326	-	(791)
INVEPAR	JSCP e dividendos	Controladora	7.302	-	-
ODEBRECHT	JSCP e dividendos	Acionista	588	-	-
ODEBRECHT	AFAC	Acionista	-	1.459	-
	Total		13.216	1.459	(791)

Parte relacionada	Transação	Relação	31 de dezembro de 2020		31/03/2020
			Passivo Circulante	Patrimônio Líquido	Resultado
INVEPAR	Compartilhamento de despesas (*)	Controladora	4.534	-	(1.758)
INVEPAR	JSCP e dividendos	Controladora	7.302	-	-
ODEBRECHT	Juros sobre capital próprio	Acionista	588	-	-
ODEBRECHT	AFAC	Acionista	-	1.459	-
	Total		12.424	1.459	(1.758)

(*) Compartilhamento de despesas: referentes ao rateio dos gastos incorridos comuns às partes relacionadas, incluindo gastos com a estrutura administrativa do grupo, que estão sendo compartilhadas entre as empresas através de critérios de rateio que consideram, por exemplo, histórico do uso efetivo de determinado recurso compartilhado por cada uma das partes, quantidade de colaboradores de cada parte que terão acesso a determinado recurso compartilhado e aferição do uso efetivo de determinado recurso compartilhado. Os rateios, geralmente, são liquidados no prazo de 1 mês, por isso não sofrem a correção de juros.

A Companhia não possui qualquer dependência econômica, financeira ou tecnológica com fornecedores ou instituições com os quais mantém relação comercial.

Remuneração dos Administradores

Em 30 de abril de 2021 foi aprovado em Ata da Assembleia Geral Extraordinária o montante máximo de remuneração global anual dos administradores de até R\$1.069.

As despesas referentes à remuneração do pessoal-chave da Administração, responsáveis pelo planejamento, direção e controle das atividades da Companhia, que incluem os membros do Conselho de Administração e Diretores Estatutários, está composta por honorários, gratificações, previdência privada, assistência médica, totalizaram R\$279 no período findo em 31 de março de 2021 (R\$192 em 31 de março de 2020), conforme demonstrado a seguir:

	31/03/2021	31/03/2020
Pró-labore	111	129
Bônus variáveis	89	9
Encargos	40	26
Outros benefícios	39	28
Total	279	192

7. IMOBILIZADO

	Taxas anuais de depreciação %	Saldos em 31/12/2020	Adições	Baixas	Transferência (*)	Saldos em 31/03/2021
Custo						
Máquinas e equipamentos	10	1.922	-	-	799	2.721
Instalações	10	-	-	-	537	537
Móveis e utensílios	10	840	-	(8)	-	832
Veículos	20	3.323	-	-	(495)	2.828
Benfeitorias em prédios e instalações de terceiros	10	489	-	-	8.392	8.881
Equipamentos de informática	20	1.869	18	-	160	2.047
Outros	25	15	-	-	554	569
Total		8.458	18	(8)	9.947	18.415
Depreciação acumulada						
Máquinas e equipamentos		(745)	(56)	-	(45)	(846)
Instalações		-	(4)	-	-	(4)
Móveis e utensílios		(445)	(18)	8	-	(455)
Veículos		(1.051)	(118)	-	-	(1.169)
Benfeitorias em prédios e instalações de terceiros		(19)	(35)	-	15	(39)
Equipamentos de informática		(1.286)	(54)	-	(21)	(1.361)
Outros		(15)	-	-	-	(15)
Total		(3.561)	(285)	8	(51)	(3.889)
Imobilizado líquido		4.897	(267)	-	9.896	14.526

	Taxas anuais de depreciação %	Saldos em 31/12/2019	Adições	Baixas	Transferência (*)	Saldos em 31/12/2020
Custo						
Máquinas e equipamentos	10	1.627	284	(566)	577	1.922
Móveis e utensílios	10	940	144	(244)	-	840
Veículos	20	2.579	141	(315)	918	3.323
Benfeitorias em prédios e instalações de terceiros	10	-	-	(39)	528	489
Equipamentos de informática	20	2.223	81	(435)	-	1.869
Imobilizado em andamento		796	21	-	(817)	-
Outros	25	15	-	-	-	15
Total		8.180	671	(1.599)	1.206	8.458
Depreciação acumulada						
Máquinas e equipamentos		(1.158)	(152)	565	-	(745)
Móveis e utensílios		(600)	(63)	218	-	(445)
Veículos		(993)	(371)	313	-	(1.051)
Benfeitorias em prédios e instalações de terceiros		-	(19)	-	-	(19)
Equipamentos de informática		(1.524)	(197)	435	-	(1.286)
Outros		(15)	-	-	-	(15)
Total		(4.290)	(802)	1.531	-	(3.561)
Imobilizado líquido		3.890	(131)	(68)	1.206	4.897

(*) Em 31 de março de 2021 e 31 de dezembro de 2020, houve transferência do intangível para o imobilizado, para melhor classificação contábil.

Redução do valor recuperável de ativos

De acordo com o CPC01(R1) - Redução ao Valor Recuperável de Ativos, os itens do ativo imobilizado, que apresentam sinais de que seus custos registrados são superiores aos seus valores de recuperação, são revisados para determinar a necessidade de reconhecimento de perda para redução do saldo contábil a seu valor de realização. A Administração efetua análise anual do correspondente desempenho operacional e financeiro de seus ativos. A Companhia não identificou a necessidade de reconhecimento de perda para redução do valor do ativo imobilizado em 31 de março de 2021.

Ativos cedidos em garantia

A Companhia não possui ativos dados em garantia.

8. INTANGÍVEL

	Taxas anuais de amortização %	Saldos em 31/12/2020	Adições	Baixas	Transferência (b)	Saldos em 31/03/2021
Custo						
Software	20	1.247	-	-	343	1.590
Direito de concessão de serviços públicos	(a)	143.782	-	-	10.490	154.272
Intangível em andamento		20.981	2.622	-	(20.780)	2.823
Total		166.010	2.622	-	(9.947)	158.685
Amortização						
Software		(1.148)	(106)	-	66	(1.188)
Direito de concessão de serviços públicos		(43.270)	(895)	-	(15)	(44.180)
Total		(44.418)	(1.001)	-	(51)	(45.368)
Intangível líquido		121.592	1.621	-	(9.897)	113.317

	Taxas anuais de amortização %	Saldos em 31/12/2019	Adições	Baixas	Transferência (b)	Saldos em 31/12/2020
Custo						
Software	20	1.247	-	-	-	1.247
Direito de concessão de serviços públicos	(a)	143.856	-	(74)	-	143.782
Intangível em andamento		5.390	16.797	-	(1.206)	20.981
Total		150.493	16.797	(74)	(1.206)	166.010
Amortização						
Software		(1.095)	(53)	-	-	(1.148)
Direito de concessão de serviços públicos		(39.722)	(3.585)	37	-	(43.270)
Total		(40.817)	(3.638)	37	-	(44.418)
Intangível líquido		109.676	13.158	(37)	(1.206)	121.592

(a) A amortização do direito de concessão é linear de acordo com o prazo restante para o final da concessão (20 de março de 2050), conforme contrato de utilização de bem público firmado entre a Companhia e o

Departamento de Infraestrutura de Transporte da Bahia (DERBA) e Aditivos de Reequilíbrio firmados em 27 de abril de 2005 e 14 de maio de 2015 (ver nota explicativa nº 1).

- (b) Em 31 de março de 2021 e 31 de dezembro de 2020, houve transferência do intangível para o imobilizado, para melhor classificação contábil.

Redução do valor recuperável de ativos

De acordo com o CPC01(R1) - Redução ao Valor Recuperável de Ativos, os itens do ativo intangível, que apresentam sinais de que seus custos registrados são superiores aos seus valores de recuperação, são revisados para determinar a necessidade de reconhecimento de perda para redução do saldo contábil a seu valor de realização. A Administração efetua análise anual do correspondente desempenho operacional e financeiro de seus ativos. A Companhia não identificou a necessidade de reconhecimento de perda para redução do valor do ativo intangível em 31 de março de 2021.

Ativos cedidos em garantia

A Companhia não possui ativos dados em garantia.

9. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

Instituição financeira	Moeda	Encargos anuais	Vencimento	31/03/2021	31/12/2020
BNB - FNE	Reais	4,12%	dez/24	21.875	23.667
(-) Custos de captação				(66)	(75)
(-) Aplicação financeira vinculada				(2.538)	(2.526)
				<u>19.271</u>	<u>20.664</u>
Circulante				6.045	6.080
Não circulante				13.226	14.584

	31/12/2020	Amortização		Juros incorridos	Transferência	Custo de captação	31/03/2021
		Principal	Juros*				
Passivo Circulante							
BNB - FNE	6.112	(1.351)	(272)	232	1.353	-	6.074
Custos de captação	(32)	-	-	-	(7)	10	(29)
	<u>6.080</u>	<u>(1.351)</u>	<u>(272)</u>	<u>232</u>	<u>1.346</u>	<u>10</u>	<u>6.045</u>
Passivo Não Circulante							
BNB - FNE	17.153	-	-	-	(1.353)	-	15.800
Custos de captação	(43)	-	-	-	7	-	(36)
	<u>17.110</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>(1.346)</u>	<u>-</u>	<u>15.764</u>
Total de empréstimos e financiamentos	<u>23.190</u>	<u>(1.351)</u>	<u>(272)</u>	<u>232</u>	<u>-</u>	<u>10</u>	<u>21.809</u>
Aplicações financeiras vinculadas	(2.526)						(2.538)
Total de empréstimos e financiamentos líquidos	<u>20.664</u>						<u>19.271</u>

	31/12/2019	Amortização		Juros		Custo de	31/12/2020
		Principal	Juros*	incorridos	Transferência	captação	
Passivo Circulante							
BNB - FNE	4.439	(1.108)	(226)	932	2.075	-	6.112
Custos de captação	(42)	-	-	-	(32)	42	(32)
	4.397	(1.107)	(227)	932	2.043	42	6.080
Passivo Não Circulante							
BNB - FNE	19.228	-	-	-	(2.075)	-	17.153
Custos de captação	(75)	-	-	-	32	-	(43)
	19.153	-	-	-	(2.043)	-	17.110
Total de empréstimos e financiamentos	23.550	(1.108)	(226)	932	-	42	23.190
Aplicações financeiras vinculadas	(2.459)						(2.526)
Total de empréstimos e financiamentos líquidos	21.091						20.664

(*) Os juros pagos estão classificados como fluxo de caixa das atividades de financiamento.

Segue abaixo a composição dos financiamentos por ano de vencimento:

Ano	
2021	6.045
2022	5.413
2023 em diante	7.813
Total	19.271

Em 2014, foi captado o montante de R\$35.611 junto ao BNB - FNE - PROINFRA II com vencimento em 30 de dezembro de 2024. Sobre o seu principal incidem juros de 4,12% a.a. com bônus de adimplência de 15% que durante o período de carência fixado em 36 meses são pagos trimestralmente, no dia 30 de cada mês. Após este período serão pagos juros mensalmente junto com as parcelas de principal.

Aplicações financeiras vinculadas

Em decorrência da Companhia dispor de um direito legalmente executável para liquidar pelo montante líquido os ativos e passivos financeiros e da administração da Companhia ter a intenção de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente, nos termos do CPC 39 - Instrumentos Financeiros: Apresentação, a Companhia reconhece as aplicações financeiras vinculadas redutora a dívida no montante de R\$2.538, conforme segue:

	Taxa do CDI	Indexador	Vencimento	31/03/2021	31/12/2020
Certificados de Depósitos Bancários – CDB	92% a 99%	DI	dez/24	2.538	2.526

As aplicações financeiras referem-se a Certificados de Depósitos Bancários - CDB do Banco do Nordeste do Brasil. Tais aplicações são remuneradas entre 92% e 99% do índice dos Certificados de Depósito Interbancário - CDI e mantidas até o vencimento pela Companhia e por estarem diretamente vinculadas ao fundo de liquidez exigido por essa instituição para concessão do financiamento, tendo prazos de resgate simultaneamente aos de sua liquidação.

Garantias

O financiamento do Banco do Nordeste do Brasil é garantido pelo penhor de ações ordinárias da controladora INVEPAR, bem como a vinculação de recebíveis da receita total diária da arrecadação de pedágio, cessão de indenização em caso de perda de arrecadação e fundo de liquidez equivalente a aproximadamente 10% do saldo devedor para o 1º financiamento e R\$1.634 equivalente a 03 (três) parcelas de maior valor, para o 2º financiamento.

Os financiamentos vigentes não possuem cláusulas financeiras restritivas (“*covenants*”).

10. OBRIGAÇÃO COM ADMINISTRADORES E EMPREGADOS

	31/03/2021	31/12/2020
Férias, 13º salário e encargos trabalhistas	1.958	1.830
Participação nos lucros a pagar	343	86
	<u>2.301</u>	<u>1.916</u>

11. PROVISÃO PARA RISCOS PROCESSUAIS

A situação jurídica da Companhia engloba processos de natureza trabalhista, cível e tributário. A Administração, com base na opinião de seus consultores jurídicos, entende que os encaminhamentos e as providências legais cabíveis que já foram tomados em cada situação são suficientes para preservar o patrimônio da Companhia, não existindo indicações de necessidade de reconhecimento de quaisquer provisões adicionais em relação às contabilizadas.

Composição do risco

Natureza do risco	31/03/2021		
	Probabilidade de perda		
	Provável	Possível	Total
Trabalhistas	2.304	2.419	4.723
Cíveis	2.798	12.038	14.441
Total	<u>5.102</u>	<u>14.457</u>	<u>19.164</u>

Natureza do risco	31/12/2020		
	Probabilidade de perda		
	Provável	Possível	Total
Trabalhistas	2.195	2.157	4.352
Cíveis	2.601	10.360	12.961
Total	<u>4.796</u>	<u>12.517</u>	<u>17.313</u>

a) Movimentação dos riscos prováveis

Natureza dos riscos	31/12/2020	Constituições	Reversões/pagamentos	31/03/2021
Trabalhistas (i)	2.195	109	-	2.304
Cíveis (ii)	2.601	317	(120)	2.798
	<u>4.796</u>	<u>426</u>	<u>(120)</u>	<u>5.102</u>

Natureza dos riscos	31/12/2019	Constituições	Reversões/pagamentos	31/12/2020
Trabalhistas (i)	1.399	937	(141)	2.195
Cíveis (ii)	1.764	1.370	(533)	2.601
	<u>3.163</u>	<u>2.307</u>	<u>(674)</u>	<u>4.796</u>

(i) Riscos trabalhistas

São parte em processos de natureza trabalhista movidos por ex-funcionários, cujos objetos importam, em sua maioria, em pedidos de reintegração, horas extraordinárias, equiparação salarial, dentre outros.

(ii) Riscos cíveis

São parte em processos cíveis, movidos por clientes, principalmente em decorrência de incidentes ocorridos no sistema rodoviário.

Além dos processos acima, a Companhia vem discutindo judicialmente processo referente a vias “alternativas” (rotas de fuga) municipais, conforme descrito abaixo:

Rota de Fuga Vargem Grande

Em 3 de outubro de 2005, a Prefeitura Municipal de Camaçari moveu contra a Companhia, medida cautelar pleiteando a manutenção das vias de acesso “alternativas” (rotas de fuga) municipais, bem como liminar suspendendo as ações de bloqueio dessas vias pela Companhia. A Companhia apresentou recurso e obteve, em 7 de março de 2006, a revogação da referida liminar, considerando que a perda de receitas proveniente da evasão de pedágio afeta o equilíbrio econômico-financeiro do contrato. Em agosto de 2006, a 1ª Vara Cível de Camaçari julgou em primeira instância procedente a ação, determinando a abertura das vias de acesso “alternativas”. A Companhia interpôs Agravo de Instrumento no Tribunal de Justiça da Bahia que foi julgado improcedente e, posteriormente, Embargos de Declaração os quais foram negados provimento pela 3ª Câmara Cível do Tribunal de Justiça da Bahia. Em 27 de junho de 2008, a Companhia protocolou no TJ-BA, Recurso Especial e Extraordinário para apreciação da admissibilidade. O Recurso Especial foi admitido pelo STJ e julgado improcedente em novembro de 2013, desta decisão a CLN apresentou Embargos de Declaração que foram julgados procedentes à unanimidade em maio de 2014. Tal decisão foi mantida pelo STF em dezembro de 2014. Com isso todos os julgamentos desfavoráveis à Companhia foram anulados para a realização de perícia, e posteriormente será proferida sentença na primeira instância.

Rota de Fuga Las Palmas

No ano de 2008, a Companhia moveu uma Ação Civil Coletiva contra o Estado da Bahia, AGERBA e Prefeitura Municipal de Camaçari objetivando o reconhecimento da via Las Palmas como uma rota de fuga e, conseqüentemente, o seu fechamento. No próprio ano de 2008, a Companhia obteve uma decisão liminar autorizando o fechamento da rota de fuga, decisão esta que foi suspensa pela presidência do TJ/BA quando do julgamento da Suspensão de Liminar proposta pelo Estado da Bahia. Cumpre salientar que além da dita suspensão o Estado da Bahia e a AGERBA interpuuseram recurso de Agravo de Instrumento para a 2ª Câmara do TJ/BA, que foram julgados improcedentes à unanimidade pela turma julgadora. Com esta decisão, a Companhia requereu o cumprimento da decisão dos agravos sob a tese de que por ser posterior a decisão da Suspensão de Liminar, prevaleceria sobre esta, o que foi acatada inicialmente, pelo MM. Juízo da 5ª Vara de Fazenda Pública que posteriormente voltou atrás em julgamento de Embargos de Declaração opostos pelo Município de Camaçari. Desta decisão, a CLN interpôs Agravo de Instrumento obtendo decisão monocrática favorável e conseqüentemente fechando a Rota de Fuga. No entanto, em dezembro de 2013, a Turma julgou o Agravo de Instrumento interposto improcedente, o que ensejou que a Companhia apresentasse Recurso Especial que se encontra pendente de julgamento.

A ação principal que julga o mérito encontra-se também pendente de julgamento, todavia, em 06 de março de 2014, o Estado da Bahia, através da Procuradoria Geral do Estado – (“PGE”) reconheceu no processo que Las Palmas é uma rota de fuga, pedindo ainda que o Juiz considerasse esse posicionamento quando da prolação de sentença.

A Administração entende, com base na opinião de seus assessores legais, que o bloqueio das rotas de fuga está amparado pelo Contrato de Concessão celebrado com o Governo do Estado da Bahia e que não é pertinente a fundamentação apresentada pela Prefeitura Municipal de Camaçari de disponibilização de vias alternativas, uma vez que esta não possui autorização formal do poder concedente para manutenção de vias de acesso municipais à rodovia BA-099 (rodovia estadual). Paralelamente, a Companhia anexou ao processo em questão à certidão expedida pelo Departamento de Infraestrutura de Transporte da Bahia – (“DERBA”), em 20 de março de 2001, que menciona as vias de acesso alternativo à rodovia BA-099, a qual não considera as vias de acesso municipal.

Depósitos judiciais

Em 31 de março de 2021 e 31 de dezembro de 2020, a Companhia mantém depósitos judiciais distribuídos conforme quadro abaixo:

	<u>31/03/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
Trabalhistas	361	350
Cíveis	859	836
	<u>1.220</u>	<u>1.186</u>

12. OUTROS PASSIVOS CIRCULANTES E NÃO CIRCULANTES

A Companhia firmou com o Ministério Público do Estado da Bahia (“MPE”) e com o Ministério Público Federal (“MPF”), em 01 de março de 2016 e 13 de novembro de 2017, respectivamente, Termos de Ajustamento de Conduta (“TAC”) com obrigações de restauração e monitoração de danos ambientais. Em 31 de março de 2021 a Companhia, em sua melhor estimativa, reconhece R\$652, sendo divididos R\$444 no circulante e R\$208 no não circulante (R\$666 em 31 de dezembro de 2020) a título de obrigação presente para cumprimento das condicionantes firmadas nos respectivos termos. Os projetos que atenderão os cumprimentos das condicionantes foram apresentados ao Ministério Público Federal (“MPF”) e ao Instituto Estadual do Meio Ambiente e Recursos Hídricos (“INEMA”) para homologação e posterior execução.

13. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Capital social

O capital social subscrito e integralizado em 31 de março de 2021 e 31 de dezembro de 2020 é de R\$48.189 e está representado por 3.758 ações sem valor nominal, sendo 1.253 ordinárias e 2.505 preferenciais classe A. O capital social autorizado é de 5.100 de ações.

Aos acionistas é garantido, estatutariamente, dividendo mínimo de 25% do lucro líquido ajustado na forma da Lei das Sociedades por Ações. As ações preferenciais classe A, que não têm direito a voto e não são conversíveis em ordinárias, fazem jus às seguintes vantagens:

- I. Participação em igualdade de condições com as ações ordinárias no recebimento do dividendo apurado de acordo com o artigo 202 da Lei nº 6.404/76.
- II. Direito a dividendo mínimo de R\$0,01 (um centavo de real) por lote de mil ações.
- III. Participação em igualdade de condições com as ações ordinárias nos aumentos de capital decorrentes da capitalização de reservas de qualquer natureza.
- IV. Direito integral a todas as bonificações e desdobramentos que venham a ser deliberados a partir da data da respectiva subscrição, sempre em ações da mesma classe das bonificadas ou desdobradas.
- V. Prioridade no reembolso de capital no caso de liquidação da Companhia sem prêmio.

A composição acionária da Companhia em 31 de março de 2021 está assim constituída:

<u>Acionistas</u>	<u>Ações</u>		
	<u>Ordinárias</u>	<u>Preferenciais</u>	<u>Total</u>
INVEPAR	1.253	2.239	3.492
Odebrecht Transport S.A. - OTP	-	266	266
Total	<u>1.253</u>	<u>2.505</u>	<u>3.758</u>

Através da Assembleia Geral Extraordinária realizada em 12 de junho de 2019, foi aprovado, sem ressalvas o grupamento de ações proposto pela Administração da Companhia na

proporção de 10.000 (dez mil) ações normativas, escriturais e sem valor nominal para 1 (uma) ação nominativa, escritural e sem valor nominal, passando de 31.393.516 ações, sendo 10.467.476 ações ordinárias e 20.926.040 ações preferenciais classe A, para 3.139 (três mil, cento e trinta e nove) ações, sendo 1.047 (mil e quarenta e sete) ações ordinárias e 2.092 (dois mil e noventa e duas) ações preferenciais classe A, todas nominativas, escriturais e sem valor nominal.

Através da Assembleia Geral Extraordinária realizada em 25 de outubro de 2019, foi aprovado aumentar o capital social da CLN em até R\$ 18.765, no entanto somente a Invepar subscreveu e integralizou o aumento no valor de R\$ 15.711 mediante a capitalização de créditos detidos pela Invepar contra a CLN a título de adiantamento para futuro aumento de capital.

No dia 09 de março de 2020 foi realizada a Assembleia Geral Ordinária Extraordinária onde foi aprovada a retificação do número total de ações passando para 3.758 (três mil, setecentos e cinquenta e oito) ações, sendo 1.253 (mil, duzentos e cinquenta e três) ações ordinárias e 2.505 (dois mil, quinhentos e cinco) ações preferenciais classe A, todas nominativas, escriturais e sem valor nominal.

b) Adiantamento para futuro aumento de capital – AFAC

<u>Acionistas</u>	<u>31/03/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
Construtora Norberto Odebrecht S.A. – CNO (*)	1.459	1.459
	<u>1.459</u>	<u>1.459</u>

(*) Antigo acionista da CLN, detentor do direito sobre o AFAC.

O adiantamento para futuro aumento de capital foi originado de contratos de mútuo celebrados com as investidoras, os quais foram convertidos a valor histórico em AFAC depois de autorizado pelo Conselho de Administração da Companhia.

Conforme a cláusula 2ª do instrumento de conversão, o valor convertido para AFAC não poderá ser devolvido ou creditado para quitação, no seu valor parcial ou total.

c) Dividendos e juros sobre capital próprio (JSCP)

O Estatuto Social da Companhia determina a distribuição de um dividendo mínimo de 25% do lucro líquido do exercício, ajustado na forma do art. 202 da lei das sociedades por ações. O valor dos juros pagos pela pessoa jurídica, a título de remuneração do capital próprio, poderá ser imputado ao valor destes dividendos.

Em 31 de dezembro de 2020, a destinação do lucro do exercício pode ser resumida como segue:

	31/12/2020	
Lucro líquido do exercício	10.430	
Reserva legal - 5%	(522)	
Reserva de incentivos fiscais	(1.899)	
Lucro antes da destinação	8.009	
Dividendo mínimo obrigatório - 25% (*)	2.001	
Dividendos adicionais propostos	6.008	

(*) Na Ata de reunião de 18 de dezembro de 2020, o Conselho de administração da Companhia aprovou o pagamento de dividendos intermediários sob a forma de juros sobre capital próprio no montante de R\$ 1.200. O valor aprovado foi imputado integralmente aos dividendos mínimos obrigatórios.

Através da Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária realizada em 30 de abril de 2021, foi aprovado a destinação para o lucro líquido do exercício findo em 31 de dezembro de 2020 no montante de R\$ 10.430, o valor de R\$ 1.899 destinado a título de reserva de incentivos fiscais, R\$ 2.001 destinado a título de dividendos, R\$ 522 para constituição da Reserva Legal de 5% conforme a Lei nº 6.404/76 (“Lei das S.A.”) e R\$ 6.008 como dividendos adicionais a distribuir.

d) Reservas de lucros

(i) Reserva legal

A reserva legal é constituída com destinação de 5% do lucro líquido do exercício, até alcançar 20% do capital social, e sua utilização está restrita à compensação de prejuízos, após terem sido absorvidos os saldos de lucros acumulados e das demais reservas de lucros, e ao aumento do capital social a qualquer momento a critério da Companhia. Em 31 de março de 2021 e 31 de dezembro de 2020 essa reserva montava a R\$3.930.

(ii) Reserva especial

Com base no § 5 do art. 202 da Lei das sociedades por ações, a Companhia possui a título de reserva especial R\$23.470 em 31 de março de 2021 e 31 de dezembro de 2020. A Reserva especial tem por objetivo reforçar o capital de giro, financiar a manutenção e o desenvolvimento das atividades que compõem o objeto social da Companhia.

e) Outras reservas

Em 31 de março de 2021 e 31 de dezembro de 2020 a Companhia possui reserva de lucro de incentivos fiscais referente a lucro de exploração no montante de R\$13.123.

14. RECEITA, CUSTOS E DESPESAS POR NATUREZA

A Companhia apresentou suas demonstrações dos resultados findos 31 de março de 2021 e de 2020 por função e apresenta, a seguir, o detalhamento por natureza:

<u>Receitas</u>	<u>31/03/2021</u>	<u>31/03/2020</u>
Receita de pedágio	18.370	16.745
Outras receitas acessórias	614	535
Impostos, deduções e cancelamentos	(1.594)	(1.450)
Receita líquida de serviços	17.390	15.830
Receita de construção	10.311	-
Receita total	<u>27.701</u>	<u>15.830</u>

	<u>31/03/2021</u>	<u>31/03/2020</u>
Pessoal e encargos	(4.105)	(4.484)
Conservação e manutenção	(5.601)	(4.733)
Comunicação, Marketing e Publicidade	(37)	(99)
Seguros e garantias	(147)	(147)
Serviços de terceiros	(479)	(522)
Veículos	(181)	(138)
Consultoria e Assessoria	(227)	(264)
Aluguéis e impostos	(285)	(410)
Energia elétrica	(111)	(119)
Reversão (provisão) p/ perdas para créd. de liq. duvidosa	55	(831)
Depreciação e amortização	(1.287)	(1.086)
Custo de construção	(10.311)	-
Outros	(2.679)	(1.828)
	<u>(25.395)</u>	<u>(14.661)</u>
Custo de serviços prestados	(12.598)	(10.701)
Custo de construção	(10.311)	-
Despesas gerais e administrativas	(2.487)	(4.005)
Outras receitas (despesas) operacionais líquidas	1	45
	<u>(25.395)</u>	<u>(14.661)</u>

15. RESULTADO FINANCEIRO

	<u>31/03/2021</u>	<u>31/03/2020</u>
Receitas financeiras		
Juros sobre aplicações financeiras	109	234
Variação monetária ativa	40	39
Total	<u>149</u>	<u>273</u>
Despesas financeiras		
Comissões e despesas bancárias	(23)	(24)
Juros passivos	(550)	(235)
Outros	-	(1)
Total	<u>(573)</u>	<u>(260)</u>
Resultado financeiro líquido	<u>(424)</u>	<u>13</u>

16. RESULTADO POR AÇÃO

O cálculo básico do resultado por ação é feito através da divisão do resultado do exercício, atribuído aos detentores de ações ordinárias e preferenciais da Companhia, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias e preferenciais disponíveis durante o exercício.

Os quadros abaixo apresentam os dados de resultado e ações utilizados no cálculo dos resultados básico e diluído por ação:

	31/03/2021			31/03/2020		
	Ordinárias	Preferenciais	Total	Ordinárias	Preferenciais	Total
Numerador básico						
Lucro líquido do exercício atribuído aos acionistas da Companhia	514	1.028	1.542	509	1.017	1.526
Denominador básico						
Média ponderada de ações (milhares)	1.253	2.505	3.758	1.254	2.505	3.759
Resultado básico por ação – em Reais	0,410	0,410	0,410	0,406	0,406	0,406
Resultado diluído por ação – em Reais	0,410	0,410	0,410	0,406	0,406	0,406

17. SEGUROS

A Companhia mantém seguro garantia e seguro contra danos materiais, perda de receita, responsabilidade civil e seguro auto frota, conforme demonstrado abaixo:

<u>Modalidade</u>	<u>Cobertura</u>	<u>Vigência</u>	<u>Seguradora</u>	<u>Objeto</u>
Garantia ao poder concedente	7.001	23/02/21 a 23/02/22	Pottencial Seguradora	(a)
Responsabilidade civil geral	100.000	01/08/20 a 01/08/21	Tokio Marine	(b)
Resp. Civil Administradores D&O	100.000	04/05/21 a 04/05/22	Berkley International	(c)
Riscos operacionais	280.000	01/08/20 a 01/08/21	Tokio Marine	(d)
Veículos	110% Tabela FIPE	24/08/20 a 24/08/21	Porto Seguro	-

- Garantir a execução das obrigações firmadas assumidas pela Companhia no Contrato de Concessão Remunerada de Uso de Bem Público nº 002/00, firmado em 21 de fevereiro de 2000.
- Garantir, até o limite máximo da importância segurada, o pagamento de indenizações ao segurado das quantias pelas quais ele vier a ser responsabilizado civilmente, em sentença judicial transitada em julgado ou em acordo autorizado de modo expresse pela seguradora, relativas a reparações por danos corporais, danos materiais e prejuízos causados a terceiros.
- Garantir, até o limite máximo da importância segurada, para Conselheiros, Diretores e/ou Administradores (D&O), nos casos de danos a reputação, custos de investigação, bloqueio de conta corrente, avalistas e fiadores, práticas trabalhistas indevidas, danos morais, danos

corporais e materiais, erros e omissões, responsabilidade por tributos, o pagamento de indenizações ao segurado das quantias pelas quais ele vier a ser responsabilizado civilmente.

- d. Garantir, em cada acidente, os prejuízos que o segurado venha a sofrer pertinentes a cobertura contratada e expressamente identificada na apólice, pela ocorrência dos riscos descritos e particularizados nessas condições gerais, condições especiais e/ou particulares, observados os limites máximos de indenização fixados para cada cobertura e as disposições legais e demais condições contratuais aplicáveis.

O escopo dos trabalhos de nossos auditores independentes não inclui a revisão sobre a suficiência da cobertura de seguros, a qual foi determinada pela Administração da Companhia e que a considera suficiente para cobrir eventuais sinistros.

18. INSTRUMENTOS FINANCEIROS E CONCENTRAÇÃO DE RISCO

Os valores de realização estimados de ativos e passivos financeiros da Companhia foram determinados por meio de informações disponíveis no mercado e metodologias apropriadas de avaliações. Entretanto, considerável julgamento foi requerido na interpretação dos dados de mercado para produzir a estimativa do valor de realização mais adequada. Como consequência, as estimativas a seguir não indicam, necessariamente, os montantes que poderão ser realizados no mercado de troca corrente. O uso de diferentes metodologias de mercado pode gerar alterações nos valores de realização estimados.

A administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais, visando liquidez, segurança e rentabilidade. A política de controle consiste em acompanhamento permanente das taxas contratadas versus as vigentes no mercado, bem como na avaliação da situação econômico-financeira das instituições envolvidas. A Companhia não efetua aplicações de caráter especulativo, em derivativos ou quaisquer outros ativos de risco.

Os valores constantes nas contas do ativo e passivo, como instrumentos financeiros, encontram-se atualizados na forma contratada até 31 de março de 2021 e 31 de dezembro de 2020 correspondem, aproximadamente, ao seu valor de mercado. Esses valores estão representados substancialmente por caixa e equivalentes de caixa, contas a receber, aplicações financeiras vinculadas e empréstimos e financiamentos e fornecedores.

	31/03/2021		31/12/2020	
	Valor justo	Custo amortizado	Valor justo	Custo amortizado
Instrumentos financeiros				
Ativos				
Caixa e equivalentes de caixa	22.133	-	21.944	-
Contas a receber	-	3.336	-	3.670
Total do ativo	<u>22.133</u>	<u>3.336</u>	<u>21.944</u>	<u>3.670</u>
Passivos				
Fornecedores	-	5.821	-	5.687
Partes relacionadas	-	13.216	-	12.424
Empréstimos e financiamentos	-	19.271	-	20.644
Total do passivo	<u>-</u>	<u>38.308</u>	<u>-</u>	<u>38.755</u>

A operação da Companhia está sujeita aos fatores de riscos abaixo descritos:

Critérios, premissas e limitações utilizadas no cálculo dos valores de mercado

Os valores de mercado informados não refletem mudanças subsequentes na economia, tais como taxas de juros e alíquotas de tributos e outras variáveis que possam ter efeito sobre sua determinação. Os seguintes métodos e premissas foram adotados na determinação do valor de mercado:

a. Caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras

Os saldos em conta corrente mantidos em bancos têm seus valores de mercado idênticos aos saldos contábeis. Para as aplicações financeiras, os valores contábeis informados no balanço patrimonial aproximam-se do valor de mercado.

b. Contas a receber

O risco de crédito do cliente é administrado por cada unidade de negócios, estando sujeito aos procedimentos, controles e política estabelecida pela Companhia em relação a esse risco. Os limites de crédito são estabelecidos para todos os clientes com base em critérios internos de classificação. A qualidade do crédito do cliente é avaliada com base em um sistema interno de classificação de crédito extensivo.

A necessidade de uma provisão para perda por redução ao valor recuperável é analisada a cada data reportada em base individual para os principais clientes. O cálculo é baseado em dados históricos efetivos.

c. Empréstimos e financiamentos

O valor de mercado não foi determinado pelas seguintes razões: (i) não são objeto de transação em nenhum mercado; e (ii) eventuais antecipações de pagamentos (pré-pagamentos) só podem ser feitas mediante aprovação do credor e pelo saldo devedor atualizado pela taxa e indicadores especificados nos contratos.

a) Exposição a riscos de taxas de juros

Decorre da possibilidade da Companhia sofrer ganhos ou perdas decorrentes de oscilações de taxas de juros incidentes sobre seus ativos e passivos financeiros. A Companhia possui aplicações financeiras expostas a taxas de juros flutuantes. As taxas de juros nas aplicações financeiras são, em sua maioria, vinculadas à variação do CDI. Adicionalmente, a Companhia está exposta ao risco de que uma variação de taxas de juros flutuantes cause um aumento nas obrigações contratadas com pagamentos de juros futuros. A dívida está sujeita, principalmente, à variação das taxas pré-fixadas em reais.

b) Concentração de risco de crédito

Instrumentos financeiros que potencialmente sujeitam a Companhia a concentrações de risco de crédito consistem, primariamente, de caixa, bancos e aplicações financeiras. A Companhia mantém contas correntes bancárias e aplicações financeiras em diversas instituições financeiras, de acordo com critérios objetivos para diversificação de riscos de crédito.

c) Operação de derivativos

A Companhia adota uma política conservadora em relação a derivativos, fazendo uso desses instrumentos somente se houver necessidade de proteção de passivos, seja de natureza operacional ou financeira, ou ainda, de algum ativo. Adicionalmente, os valores destas operações são dimensionados e limitados para cumprir apenas com essa finalidade, sendo vedada a alavancagem através de tais operações. Em 31 de março de 2021, a Companhia não possuía operações com hedge ou derivativos.

d) Hierarquia de valor justo

A Companhia somente detém instrumentos financeiros qualificados no nível 2, correspondentes a aplicações financeiras, aplicações financeiras vinculadas e empréstimos e financiamentos, nos valores de R\$21.089 (Nota Explicativa nº 3), R\$2.538 (Nota Explicativa nº 9) e R\$21.809 (Nota Explicativa nº 9), respectivamente em 31 de março de 2021.

Os diferentes níveis foram definidos como a seguir:

Nível 1: preços cotados (sem ajustes) em mercados ativos para ativos ou passivos idênticos.

Nível 2: outras técnicas para as quais todos os dados que tenham um efeito significativo sobre o valor justo registrado sejam observáveis, direta ou indiretamente.

Nível 3: técnicas que usam dados que tenham efeito significativo no valor justo registrado que não sejam baseados em dados observáveis de mercado.

Análise de sensibilidade de variações na moeda estrangeira e nas taxas de juros

A Companhia está exposta a riscos de oscilações de taxas de juros das debêntures, operações financeiras e empréstimos.

No quadro abaixo, são considerados três cenários sobre os ativos e passivos* financeiros relevantes, sendo: (i) cenário provável, aquilo que a Companhia espera que se concretize; e (ii) cenários variáveis chaves, com os respectivos impactos nos resultados da Companhia.

Esses cenários foram definidos com base na expectativa da Administração para as flutuações das variáveis chaves nas datas de vencimento dos respectivos contratos sujeitos a estes riscos. Além do cenário provável, estão sendo apresentados mais dois cenários com deterioração de 25% e 50% da variável do risco considerado.

(*) A Administração não considera que as operações de passivo financeiro possuam expectativa variável relevante de risco para apresentação.

As taxas consideradas foram:

<u>Indicador</u>	<u>Cenário I provável</u>	<u>Cenário A</u>	<u>Cenário B</u>
DI ativo (% ao ano)	3,24%	2,43%	1,62%
DI Passivo (% ao ano)	3,24%	4,05%	4,86%

Fonte: Os indicadores utilizados para 2020 foram obtidos das projeções do Bacen, que foram utilizadas a média dos três maiores bancos privados de acordo com o ranking do Banco Central.

Operação	Risco	31/03/2021	Cenário provável	Cenário A	Cenário B
<u>Ativo financeiro</u>					
Equivalente de caixa					
Certificados de Depósito Bancário - CDB	DI	21.089	683	512	342
<u>Passivo financeiro</u>					
Empréstimo – Banco BNB	DI	21.809	707	883	1.060
Aplicação vinculada (*)	DI	2.538	82	61	41

(*) Apresentada como redutora do passivo financeiro (vide nota explicativa 9).

e) Gestão do capital

A política da Administração é manter uma sólida base de capital para manter a confiança do investidor, credor e mercado e manter o desenvolvimento futuro do negócio. A Administração monitora os retornos sobre capital e procura manter um equilíbrio entre os mais altos retornos possíveis com níveis mais adequados de empréstimos e as vantagens e a segurança proporcionada por uma posição de capital saudável.

	31/03/2021	31/12/2020
Empréstimos e financiamentos	19.271	20.664
Caixa e equivalentes de caixa	(22.133)	(21.944)
Dívida líquida	(2.862)	(1.280)
Patrimônio líquido	107.894	106.352
Patrimônio líquido e dívida líquida	105.031	105.072

19. TRANSAÇÕES NÃO CAIXA

A Companhia possui no exercício a transação não caixa abaixo que foi excluída do fluxo de caixa. Esta transação é referente a provisão para investimentos em ampliação e renovação da rodovia:

	31/03/2021	31/12/2020
Aquisição de imobilizado e intangível ainda não liquidada financeiramente (Fornecedores)	337	1.010